



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

ÉRIKA DE FÁTIMA HERCULANO

**A PRESENÇA DOS POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO DE
HISTÓRIA ADOTADO NO MUNICÍPIO DE POCINHOS/PB**

**CAMPINA GRANDE
2017**

ÉRIKA DE FÁTIMA HERCULANO

**A PRESENÇA DOS POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO DE
HISTÓRIA ADOTADO NO MUNICÍPIO DE POCINHOS/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de licenciatura em
História da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento às exigências
para obtenção do grau de Licenciada em
História.

Orientador: Prof. Me. José do Egito
Negreiros Pereira

**CAMPINA GRANDE
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

H539p Herculano, Erika de Fatima.

A presença dos povos indígenas no livro didático de história adotado no município de Pocinhos/PB [manuscrito] : / Erika de Fatima Herculano. - 2017.

34 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.

"Orientação : Prof. Me. José do Egito Negreiros Pereira, Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. Livro didático. 2. Povos indígenas. 3. Ensino de história.

21. ed. CDD 371.32

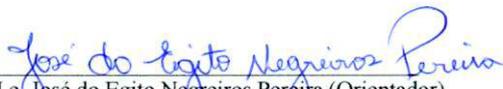
ÉRIKA DE FÁTIMA HERCULANO

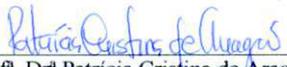
A PRESENÇA DOS POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA
ADOTADO NO MUNICÍPIO DE POCINHOS/PB

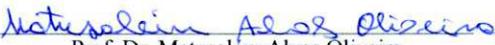
Artigo apresentado ao Curso de
Licenciatura em História da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito para obtenção do grau de
Licenciado em História.

Aprovada em: 15/12/2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof. M.e. José do Egito Negreiros Pereira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr.ª Patrícia Cristina de Aragão
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Matusalem Alves Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por estar sempre presente em minha vida iluminando meu caminho nesta jornada e sempre.

Aos MEUS PAIS, que suportaram minhas ausências e ansiedades, com paciência e compreensão.

Ao meu MARIDO, pela paciência e compreensão com as minhas crises ao longo desse tempo (rsrsrs).

Aos AMIGOS, em especial, Aline, Bruna, Fabiano, Thiago e Wellington que me ajudaram nas dificuldades acadêmicas e da vida.

Ao ORIENTADOR, José do Egito, por todo apoio.

Aos PROFESSORES EXAMINADORES da banca, por disponibilizar-se a avaliar este estudo.

A TODOS que de alguma forma, contribuíram para a concretização deste sonho.

“A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe”.

Jean Piaget

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 OS POVOS INDIGENAS NA ESCRITA DA HISTÓRIA BRASILEIRA: OLHARES	11
2 O PROCESSO DE ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO NO MUNICÍPIO DE POCINHOS NO ANO DE 2016	15
2.1 ANÁLISE SOBRE OS POVOS INDIGENAS NA COLEÇÃO “VONTADE DE SABER”	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28
APÊNDICES	30

A PRESENÇA DOS POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA ADOTADO NO MUNICÍPIO DE POCINHOS/PB

Erika de Fátima Herculano¹

RESUMO

Este trabalho analisa as representações dos povos indígenas nos livros didáticos de História, do Ensino Fundamental II, destinado aos alunos do sexto ao nono, adotado pelo Município de Pocinhos-PB, no ano de 2017. Nessa perspectiva, o objetivo principal deste estudo será averiguar como este material didático aborda esta temática, destinada aos estudantes, como também, verificaremos o teor da importância dada pelos professores à temática do ensino da história indígena brasileira. A metodologia consistiu numa análise da coleção “Vontade de Saber” escrita por Marco Pellegrini, Adriana Dias e Keila Grinberg, e de um questionário que foi aplicado com os docentes que lecionam a disciplina de História no referido Município. Esta pesquisa tem como suporte metodológico leituras acerca dos Livros Didáticos e da Historiografia Indígena, respaldando-se nas contribuições da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), dos Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs) e dos teóricos, Maria Regina Celestino de Almeida, Luisa Tombini Witmann e Gilberto Freyre.

Palavras-Chave: Livro Didático. Povos Indígena. Ensino de História.

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas por muito tempo foram esquecidos pela historiografia brasileira, deixando de relatar sua grande diversidade cultural, como também a sua sapiência que tanto influenciou as futuras gerações do Brasil.

Esses povos, nas escrituras de muitos estudiosos dessa temática, apareceram sem muito protagonismo devido a ênfase dada aos povos europeus. É como se a existência dos indígenas dependesse dos tidos como “civilizados”, mas o que percebemos é que após a invasão europeia a vida dos indígenas passou por transformações drásticas que afetou o seu modo de vida, e muitos não conseguiram sobreviver a essa pressão proporcionada pelos povos “civilizados”. Segundo uma definição técnica das Nações Unidas, de 1986,

As comunidades, os povos e as nações indígenas são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si

¹ Aluna do curso de História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: erikaherculano1@gmail.com

mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos (LUCIANO, 2006, p. 2).

No entanto, os que conseguiram sobreviver a todos os maus tratos proporcionados por alguns povos europeus, hoje formam uma parcela da população brasileira, que apesar de todas as discriminações que ainda sofrem, proporcionam um legado belíssimo para o restante do povo brasileiro, apresentando e auto afirmando cada vez a sua cultura oriunda de seus ancestrais.

E por ser um tema bastante atual, nosso trabalho tem como objetivo questionar as representações desse povo nos livros didáticos (LD²) para tanto faremos uma análise da coleção de História “Vontade de Saber” dos autores; Marco Cesar Pellegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg; do Ensino Fundamental II³, mais precisamente os LD destinados aos alunos do sexto ao nono ano, que de acordo com a nova lei 11.645/2008, o ensino da cultura afrodescendente e indígena é obrigatório na sala de aula das escolas públicas e privadas. Portanto, precisa estar na grade curricular da disciplina de história.

De acordo com Tomaz Tadeu “[...] currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimento e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir [...]” (1999, p. 15). Nesta perspectiva, a cada ano do ensino é destinado um currículo, no qual é constituído por seus respectivos conteúdos para serem ministrados, cabendo aos educadores velar pelo efetivo ensino, não somente dos acontecimentos europeus, mas da nossa história indígena brasileira.

Esses currículos não são fixos, pelo contrário, são flexíveis e sujeitos a constantes mudanças, visto que a Educação precisa acompanhar as transformações que são decorrentes da sociedade. Foi através dessa necessidade de ampliação e modificação no currículo educacional brasileiro, que surgiu em 1998 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com o objetivo de assessorar a sociedade nessa construção de novos saberes.

Essa nova concepção de ensino só foi efetivada a partir do século XX, no qual a sociedade passava por transformações políticas, culturais e sociais, e conseqüentemente houve uma liberdade para os educadores e educandos. Com essa abertura do ensino, os alunos

² A sigla LD foi criada para substituímos o termo livro didático, portanto toda vez que a utilizarmos nos referimos a estas palavras.

³ O ensino fundamental II, atualmente corresponde o 6º, 7º, 8º e 9º ano, que anos atrás era denominado 5ª, 6ª, 7ª e 8ª série respectivamente.

deixam de serem sujeitos passivos para se tornarem ativos, ou seja, o alunado das escolas brasileiras, segundo as novas leis educacionais, podiam expressar suas opiniões sobre os conteúdos ministrados, ou até mesmo de alguma temática que estava aflorando na sociedade. Esta nova forma de pensar a educação, adveio das tendências pedagógicas Progressistas, onde foi muito importante a influência da crítica marxista nas correntes Libertária, Libertadora e crítico-social dos conteúdos, que trabalhavam a educação com ênfase na transformação da realidade social.

Outra mudança decorrida deste século foi a criação, em 1985, do “Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, uma política educacional de Estado que viabiliza a avaliação, compra e distribuição de livros didáticos para a escolarização básica em todo o Brasil”. (2014, p. 6). Neste viés os LD passavam a ser um produto comercial e um recurso didático indispensável na sala de aula.

Entretanto, essa nova ação promovida pelo MEC não é sinônimo de uma educação de boa qualidade, devido que até o momento, os livros didáticos ainda sofrem diversas críticas por parte de muitos profissionais da educação, em especial os professores que questionam muito sobre a elaboração deste material didático que é disponibilizado para os discentes e docentes.

Não havendo assim por parte dos docentes um consenso com relação a sua elaboração, no qual há questionamentos na forma como alguns conteúdos são abordados ou até mesmo deixados de serem abordados. Uma das grandes indagações com relação aos LD de História é sobre a linearidade dos acontecimentos, faltando um entrelaçamento entre ambos. Nesta concepção, Júlia Silveira Matos coloca que:

Na dinâmica brasileira trienal de escolha dos livros didáticos pelos professores da educação básica, estabelece-se uma forte relação entre os professores enquanto o público que seleciona o que chega as salas de aula, os editores que encomendam, produzem e lançam os livros didáticos no mercado editorial e o governo que os inclui na lista de livros a serem escolhidos pelos docentes dentro do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD (2014, p.5).

Devido a esse fator, a partir do ano de 1997, o governo brasileiro lança o Guia do Livro Didático, no qual apresenta resenhas de cada coleção aprovada pelo MEC⁴ (Ministério

⁴ Os livros didáticos adquiridos são distribuídos pelo PNLD são submetidos a um processo de avaliação que atravessa diferentes etapas. A equipe avaliadora dos livros de História do PNLD 2014 foi composta por um coordenador de área, um coordenador institucional, um assessor pedagógico, três coordenadores adjuntos e 31 pareceristas que trabalham em conjunto com técnicos da Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC).

da Educação) que segue os princípios estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Lei n. 9.394/96, na qual estabelece o direito do alunado a terem acesso a um livro didático de qualidade.

De acordo com o PNLD 2017 foram distribuídas 14 coleções da disciplina de História nas instituições públicas brasileiras, para serem analisadas pelos os docentes de cada instituição. Vejamos abaixo o nome de cada coletânea.

Tabela 1: Coleções de História aprovadas pelo o PNLD – 2017

Coleções de História aprovadas pelo o PNLD – 2017
Historiar de Gilberto Cotrim Jaime Rodrigues
Projeto Mosaico – História de Cláudio Vicentino José Bruno Vicentino
Vontade de Saber – História de Adriana Dias, Keila Grinberg, Marco Pellegrini
Projeto Araribá – História de Maria Raquel Apolinário
História Para Nosso Tempo de Flávio Berutti
Estudar História: das Origens Do Homem À Era Digital de Patrícia Ramos Braick
História Nos Dias De Hoje de Flávio de Campos, Miriam Dolhinikoff, Regina Claro
Projeto Teláris – História de Gislane Azevedo, Reinaldo Seriacopi
Projeto Apoema – História de Renato Mocellin, Rosiane de Camargo
História.Doc de Daniela Buono Calainho, Jorge Ferreira, Ronaldo Vainfas, Sheila De Castro Faria
Piatã – História de Carla Maria Junho Anastasia, Vanise Maria Ribeiro
História, Sociedade & Cidadania de Alfredo Boulos Júnior
Jornadas.Hist – História de Maria Luísa Vaz, Silvia Panazzo
Integralis – História de Célia Cerqueira, Maria Aparecida Pontes, Pedro Santiago

FONTE: PNLD 2017

Essas coleções de História do Fundamental II, são formadas por quatro livros, cada um é destinado para uma série distinta. No entanto, nosso objetivo nesta pesquisa é estudar a temática “os povos indígenas” na coleção “Vontade de Saber”, pois a mesma foi escolhida pelos docentes da cidade de Pocinhos, mas antes de adentrarmos nesta análise vamos promover algumas tessituras sobre a historiografia dos povos indígenas brasileiros.

A referida pesquisa é voltada para o Ensino de História e está organizada em dois tópicos. No primeiro ponto é apresentada a fundamentação teórica, no qual abordamos

algumas teorias sobre os povos indígenas brasileiros e o livro didático. Na segunda parte analisaremos o processo de escolha do LD no Município de Pocinhos, como também a apresentação dos Povos Indígenas na coleção “Vontade de Saber”, dos autores; Marco Cesar Pellegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg; destinada aos alunos do Ensino Fundamental II.

1 OS POVOS INDÍGENAS NA ESCRITA DA HISTÓRIA BRASILEIRA: OLHARES

Antes de iniciarmos a análise acerca da representação dos povos indígenas nos LD, vamos adentrar primeiramente como a historiografia possibilitou que a história pudesse discutir essa temática em seu campo de pesquisa, ou seja, o lugar dos povos indígenas na escrita da história brasileira. Para a autora Maria Regina Celestino de Almeida (2010, p.13) “os índios, grosso modo, vinham desempenhando papéis muito secundários, agindo sempre em função dos interesses alheios. Pareciam estar no Brasil à disposição dos europeus, que se serviam deles conforme seus interesses”.

Com essa colocação observamos que esses povos na maioria das vezes aparecem nas escritas como apenas “servidores” do povo europeu, deixando-os em segundo plano, e o protagonismo da história ficou a cargo dos povos tidos como “civilizados”, destacando seus grandes feitos heroicos para a colonização da terra que viria a ser chamada de Brasil nos anos seguintes.

Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* (2013) discorre também sobre a utilidade dos indígenas para os europeus, colocando que os mesmos foram sujeitos facilitadores para a conquista e colonização dos Sertões, pois eles conheciam e sabiam penetrar nas matas densas. Como podemos observar abaixo:

O invasor pouco numeroso foi desde logo contemporizando com o elemento nativo; servindo-se do homem para as necessidades de trabalho e principalmente de guerra, de conquista dos sertões desbravamento do mato virgem; e da mulher que as de geração e de formação de família (FREYRE, 2013. p. 158).

Nesta perspectiva, naquela época não se pensava, e conseqüentemente não se escrevia sobre as diversidades dos povos indígenas, ou seja, o seu cotidiano, suas crenças, enfim sua cultura na educação primária e secundária brasileira. O que se escrevia sobre os índios eram conteúdos repletos de preconceitos, como por exemplo, que os índios não serviam para o

trabalho nas lavouras, devido serem preguiçosos. Segundo Luisa Tombini Wittmann, por muito tempo na historiografia brasileira, os índios eram considerados um povo sem cultura e sem história. Como podemos observar na citação abaixo:

A visão de que os índios não teriam história marcou o pensamento de intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) durante o século XIX. Historiadores foram incumbidos pelo Imperador D. Pedro II da importante tarefa de escrever uma história elogiosa do passado colonial, na tentativa de consolidar o projeto político de um governo monárquico com unidade territorial e manutenção da escravidão (WITTMANN, 2015, p. 14).

Mas o que observamos ao longo da historiografia brasileira sobre os povos indígenas é que esse povo foi protagonista de sua história, buscando sempre desmitificar algumas concepções que foram elencadas a seu povo, como por exemplo, de ser um povo selvagem, preguiçoso e sem história, ou seja, massa de manobra a serviço dos interesses europeus.

Entretanto essas mudanças ideológicas exigiram desse povo muitas lutas árduas e até mesmo sangrentas, infelizmente muitos tiveram que morrer para tornar o seu povo protagonista de sua própria história, a exemplo dos tamoios, dos tapuias.

Toda essa condição dos indígenas iniciou-se com a chegada dos europeus que ao deparar com aqueles sujeitos, denominaram-nos de índios, sendo assim, o termo índio surgiu a partir desse momento da história para justificar sua dominação, e principalmente com o objetivo de negar a diversidade desse povo. No entanto, ao longo do tempo, os estudiosos através de pesquisas apresentaram que havia nesta época diversos grupos nativos com distintas etnias, línguas e culturas, ou seja, os indígenas do Brasil não se constituíam numa homogeneidade cultural, predominando sim, as diferenças entre os nativos.

Neste viés, atualmente muitos estudiosos não utilizam mais o termo índio, pois remete a unificação cultural desses sujeitos, os mesmos preferem usar a nomenclatura povos indígenas, a qual tem o significado de diversas culturas.

Segundo Almeida “os movimentos indígenas da atualidade somado aos novos pressupostos teóricos da história e da antropologia conduzem ao abandono de antigas concepções que contribuíram para excluir os índios de nossa história” (2010, p. 25).

No entanto, essa nova ideologia não alcançou a população brasileira como um todo, para muitos os índios continuam sendo um povo selvagem, e que falar de índio seria o mesmo que referir-se ao passado, por isso, em 19 de abril devem ser lembrados e festejados com danças e caracterização.

Sendo assim, ainda há a comemoração nas escolas brasileiras do dia do índio, repassando para as crianças imagens deturpadas, sem contextualização. Ou seja, transmitem-se uma noção de que não existem indígenas no Brasil em nossa atualidade. Havendo assim, a proliferação de preconceitos com relação ao modo de viver desses sujeitos, mesmo com todas as discussões promovidas pelos movimentos indígenas percebemos que permanece enraizada a concepção de que os indígenas são uns selvagens, sem história, sem cultura e que estão no passado.

Além dessas argumentações elencadas sobre os indígenas, algumas mudanças foram impelidas pela LDB (Lei 9394/1996), na qual garante, em seu artigo 32(seção III), parágrafo 3º, “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (2017, p. 23).

Ademais, a LDB também traz outro artigo, que garante para aos indígenas, uma educação, que lhe proporcione um ensino bilíngue, ou seja, que os mesmos aprendam a língua indígena e Portuguesa, como fica perceptível abaixo:

O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II – Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias (LDB, 2017, p. 49).

Mas infelizmente todas essas leis que estão transcritas neste documento não são vivenciadas por muitos indígenas, por diversos fatores, dentre os quais, podemos citar: não há uma preparação dos agentes educacionais para este tipo de educação, como também falta de recursos pedagógicos que retratem sua história e sua língua.

Além da LDB, há outro documento que rege o ensino de História, o PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), que foram criados com o objetivo de elaborar referências comuns para todas as regiões brasileiras, mas levando em consideração as peculiaridades de cada região, para isso foi elaborado em forma de eixos.

O PCN do ensino fundamental II da disciplina de História está dividido em dois eixos temáticos que elenca alguns conteúdos que deverão ser abordados pelos professores dessa

disciplina nas escolas brasileiras no tocante a temática “Indígena”, como podemos observar na sequência:

Natureza e povos indígenas na visão dos europeus; o trabalho entre os povos indígenas hoje; a divisão de trabalho entre sexo, idade etc. em comunidades indígenas específicas; produção de alimentos e de utensílios pelos povos indígenas; escravização, trabalho e resistência indígena na sociedade colonial; o trabalho entre os povos indígenas hoje; produção de alimentos e de utensílios entre populações indígenas coletoras e caçadoras em diferentes épocas; escravidão e servidão entre os antigos povos americanos; europeus e escravidão indígena; escravidão indígena e africana na América colonial; lutas dos povos indígenas pela preservação de seus territórios... (PCN, 1998, p. 58/60/61/70).

Ao nos deparar com os conteúdos elencados nos ciclos do PCN de história do fundamental II, percebemos um ponto que foi perpetuado ao longo do tempo com relação ao tema povo indígena, o de enfatizar a visão dos europeus. Neste viés compreendemos que o PCN ainda coloca a história dos indígenas através do espelho etnocêntrico da cultura ocidental, ou seja, a tida como superior. Além desses documentos elencados anteriormente foi elaborada a lei n. 11.645/08 (Artigo 26-A da LDB), que designa o seguinte:

Torna obrigatório no currículo dos ensinos fundamental e médio (público e particular) o estudo da história e da cultura afro-brasileira e *indígena*⁵. A lei foi sancionada no dia 10 de março de 2008 pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, especifica no conteúdo programático a abordagem de aspectos das histórias, culturas e lutas dos povos indígenas no Brasil, no âmbito de todo o currículo escolar (LDB, 2015, p. 11/12).

Para Silva (2015), a inserção do ensino de história e culturas indígenas na educação básica, representa um passo enorme em direção ao reconhecimento de uma sociedade historicamente formada por diversas culturas e etnias, dentre elas as indígenas.

Mas será que na prática os alunos estão vivenciando este tipo de ensino voltado para as relações étnicas raciais, ou ainda estão estudando visões etnocêntricas através dos materiais pedagógicos distribuídos pelas escolas brasileiras?

Ao longo deste trabalho buscaremos tecer algumas considerações sobre as indagações lançadas anteriormente, para tanto analisaremos a coleção “Vontade de Saber”, que foi escolhida para ser utilizada durante quatro anos no Município de Pocinhos⁶, na Paraíba. Além

⁵ Grifo nosso.

⁶ De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o Município de Pocinhos teve sua origem em torno de uma fonte e de um campanário. Seu nome originou-se da existência, em determinada área, de diversos pequenos poços, contendo água potável. A povoação teve início no século passado, quando o fazendeiro José Aires Pereira edificou a sede de suas fazendas num pequeno morro bem próximo aos referidos poços e construiu entre 1815 e 1817, uma Capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição. Em 10 de

dessa fonte analisaremos um questionário sobre o processo de escolha do LD, que foi aplicado com alguns professores do ensino fundamental II do referido Município.

2 O PROCESSO DE ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO NO MUNICÍPIO DE POCINHOS NO ANO DE 2016

No decorrer do ano 2016, o MEC envio para as escolas brasileiras diversas coleções da disciplina de História, com o intuito dos docentes em conjunto analisarem cada exemplar, e depois escolherem o que mais se adequar ao cotidiano escolar dos seus alunos. Para tanto, esse órgão além dos LD envia também um manual contendo as resenhas de cada coleção, colocando os pontos positivos e negativos.

Mas infelizmente, essa proposta lançada pelo o MEC muitas das vezes não é cumprido pelos agentes educacionais, visto que, não proporciona reuniões com os professores responsáveis por cada disciplina, e acaba escolhendo os LD que não convém com a realizada do seu aluno.

Diante dessa inquietação, antes de iniciar a análise da coleção “Vontade de Saber”, dos autores; Marco Cesar Pellegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg; buscamos averiguar como foi o processo de escolha do LD de História no Município de Pocinhos, para tanto solicitamos que os docentes respondessem um questionário, no qual eles não precisavam se identificar. E o que percebemos de início foi uma grande resistência por parte desses sujeitos.

Após várias tentativas, dois educadores se disponibilizaram a responder, no qual vamos denominar P1⁷ e P2⁸ para preservar suas identidades. Infelizmente por motivos desconhecidos o terceiro agente dessa pesquisa, não respondeu o questionário e nem retornou as mensagens deixadas via correio eletrônico, sendo assim, vamos expor somente as concepções do P1 e P2.

dezembro de 1953 foi elevado à categoria de município com a denominação de Pocinhos, pela lei estadual nº 986, desmembrado de Campina Grande. Segundo o censo de 2010, o Município conta com 17.032 habitantes, destes 3.451 estão matriculados em escolas municipais que abriga alunos do Ensino pré-escolar até o Fundamental II e 515 em uma instituição estadual destinada ao Ensino Médio.

⁷ A sigla LD foi criada para substituímos o nome do primeiro professor ou professora entrevistada (o), portanto toda vez que a utilizarmos nos referimos ao docente.

⁸ A sigla LD foi criada para substituímos o nome do segundo professor ou professora entrevistada (o), portanto toda vez que a utilizarmos nos referimos ao docente.

O P1 possui pós-graduação em História (Mestrado), atualmente é contratada do Município de Pocinhos-PB e trabalha no Colégio Municipal Padre Galvão, no qual leciona a disciplina de História para os alunos do 9º ano, mas tem experiência há quatorze anos em sala de aula.

Sobre o processo de escolha da coleção “Vontade de Saber”, o P1 alega que não tem muito a contribuir, pois não participou da escolha do livro didático que serão utilizados a partir deste ano nas escolas municipais de Pocinhos-PB, porque no período da realização desse procedimento, ela não estava trabalhando neste local devido que seu processo seletivo tinha vencido.

Como também não tem conhecimento da coleção devido que trabalha somente com LD destinado ao 9º ano, e até o presente momento trabalhou da República Velha a Ditadura Militar, e o livro não faz nenhuma referência a cultura indígena, segundo relato da P1. Mas a entrevistada alega que busca outras fontes para elaborar suas aulas, como por exemplo, vídeos, imagens encontradas na internet ou em outras coleções, porque a coleção adotada no município deixa a desejar.

E os alunos não questionam a falta da cultura indígena neste LD, segundo a P1 esse público desconhece essa temática, e se os professores não tiverem iniciativas de questioná-los, eles continuam indiferentes a situação dos indígenas durante a História do Brasil.

Devido a todos esses fatores elencados anteriormente, o P1 busca sempre se especializar nesta temática, pois durante a sua vida acadêmica encontrou professores comprometidos e preocupados com a cultura indígena.

Com relação ao P2 possui pós-graduação em História (Mestrado), atualmente é concursada do Município de Pocinhos e trabalha Maria da Guia Sales Hermínio, na qual leciona a disciplina de História para os alunos do 7º ao 9º ano, mas tem experiência há seis anos em sala de aula.

Sobre o processo de escolha da coleção “Vontade de Saber”, o P2 alega que os professores do município fizeram uma escolha coletiva, e votou na coleção que mais se adequava a realidade dos alunos, a reunião aconteceu no Colégio Municipal Padre Galvão, e diante da decisão dos docentes de História, a secretaria de educação encaminhou a solicitação ao MEC, que envia a quantidade de livros de acordo com o censo escolar.

De acordo com P2, os critérios levados em consideração para escolha desta coleção foram os seguintes: conteúdos contemplados, a extensão dos mesmos e as atividades de compreensão compostas. Com relação a temática indígena, segundo a entrevistada a coleção trabalha algumas questões, mas sem abrangência, cabendo ao professor procurar outras fontes

para elaborar suas aulas, como por exemplo, textos complementares, atividades e recursos audiovisuais.

Mesmo com déficit em relação ao tema povos indígenas, a P2 utiliza os LD em suas aulas, pois é o livro adotado no município, como também a maioria dos alunos só tem acesso a este material. E o alunado gosta das questões que trabalham imagens, dos textos que não são longos, sendo assim, a entrevistada relata que não ouviu muitas reclamações este ano.

Como também, segundo a P2 os alunos não entendem ainda o conceito de cultura, diante disso é preciso recorrer a exemplificações para que eles assimilem o que ela propõe devido que todos os alunos dela possuem a compreensão de o índio é um indivíduo que viveu no passado, ou que vive em florestas, em regiões afastadas com convívio urbano.

Além disso, segundo relato da entrevistada, quase todos os alunos recordam que se pintaram no dia do índio e voltaram para casa com adereços de pena, enfeites feitos para ornamentar as cabeças e celebrar essa data. Diante do exposto, a P2 coloca que é difícil explicar para o alunado que o índio pode usar roupas e outros elementos ditos da cultura do homem branco, pois eles possuem uma imagem cristalizada que guardam desde os primeiros anos de vida escolar, como também, muitas vezes só sabem algo dos povos indígenas através das novelas.

Ao concluir seu questionário, a P2 expõe que ao iniciar seu curso de História na universidade, não havia uma disciplina específica para trabalhar a cultura indígena, mas os componentes curriculares de História do Brasil trataram dessa temática ao longo da disciplina, como também, a entrevistada frequentou uma especialização sobre etnias, na qual aprimorou mais seus conhecimentos sobre a cultura indígena.

Neste viés percebemos que os docentes entrevistados buscaram se aperfeiçoar com relação a temática povos indígenas, no entanto, os materiais didáticos utilizados no Município de Pocinhos possuem algumas lacunas, que serão expostas na sequência do nosso trabalho.

2.1 ANÁLISE SOBRE OS POVOS INDÍGENAS NA COLEÇÃO “VONTADE DE SABER”

Como mencionamos anteriormente, o objetivo desta pesquisa é analisar a temática, povos indígenas na coleção “Vontade de saber”, para tanto vamos desenvolver leituras sobre os quatro livros da disciplina de História. Segundo, o Programa Nacional do Livro Didático:

A História e a cultura indígena são tratadas na coleção, principalmente nos volumes do 7º e 9º anos. Imagens e textos são utilizados visando positivar a imagem tanto do afro-brasileiro quanto do indígena na História do Brasil, auxiliando, também, na problematização da questão

étnico-racial. Por outro lado, os conflitos ou as problemáticas em relação à questão indígena no Brasil são tratados apenas no último volume da coleção. De forma geral, há carência de orientações teórico-metodológica para o professor quanto à abordagem da temática indígena (PNLD, 2017, p. 55).

A partir desse texto, nota-se que a coleção possui algumas falhas com relação a abordagem da temática povos indígenas, e são essas questões que serão retratadas nas páginas seguintes desse trabalho. O primeiro LD que vamos discorrer é o destinado aos alunos do sexto ano, o mesmo apresenta apenas uma imagem do calendário indígena no capítulo: “Construindo a História”, e a partir da figura lança alguns questionamentos para os alunos. Como podemos observar na imagem abaixo:

Figura 1: Abordagem da questão indígena em atividade do livro

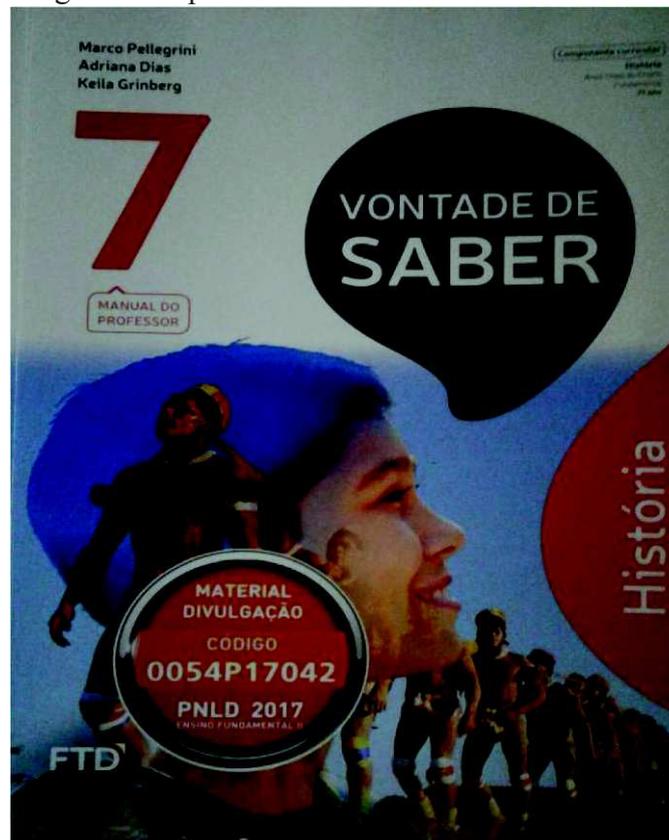


Fonte: PELLEGRINI, 2015, p. 32 - 33.

Ao observarmos essas duas imagens percebemos que não há uma contextualização sobre a história desse povo neste LD, sendo assim, os alunos não conheceram a história dos povos indígenas se o professor não buscar em outras fontes, novos materiais para utilizar em sala de aula.

O segundo LD questionado é o dirigido para os alunos que estão cursando o sétimo ano do Ensino Fundamental II, que logo na capa contempla uma imagem referente aos povos indígenas em contraponto com o homem “moderno”. Vejamos abaixo:

Figura 2: Capa do livro Vontade de Saber – 7º ano



Fonte: PELLEGRINI, 2015, Capa

Nesta figura percebemos que os indígenas estão sendo representados com suas vestimentas tradicionais. E subentende que a mesma foi fotografada em um momento que esse povo estava representando um ritual.

Ao adentrarmos ao conteúdo do LD, percebemos que o referido livro contempla alguns assuntos sobre os povos indígenas. No capítulo 05 intitulado “A

América antes da chegada dos europeus”, os autores do LD trazem informações sobre o cotidiano e a cultura indígena, colocando que os mesmos tinham culturas distintas e suas moradias não era semelhante. Como podemos observar na figura abaixo:

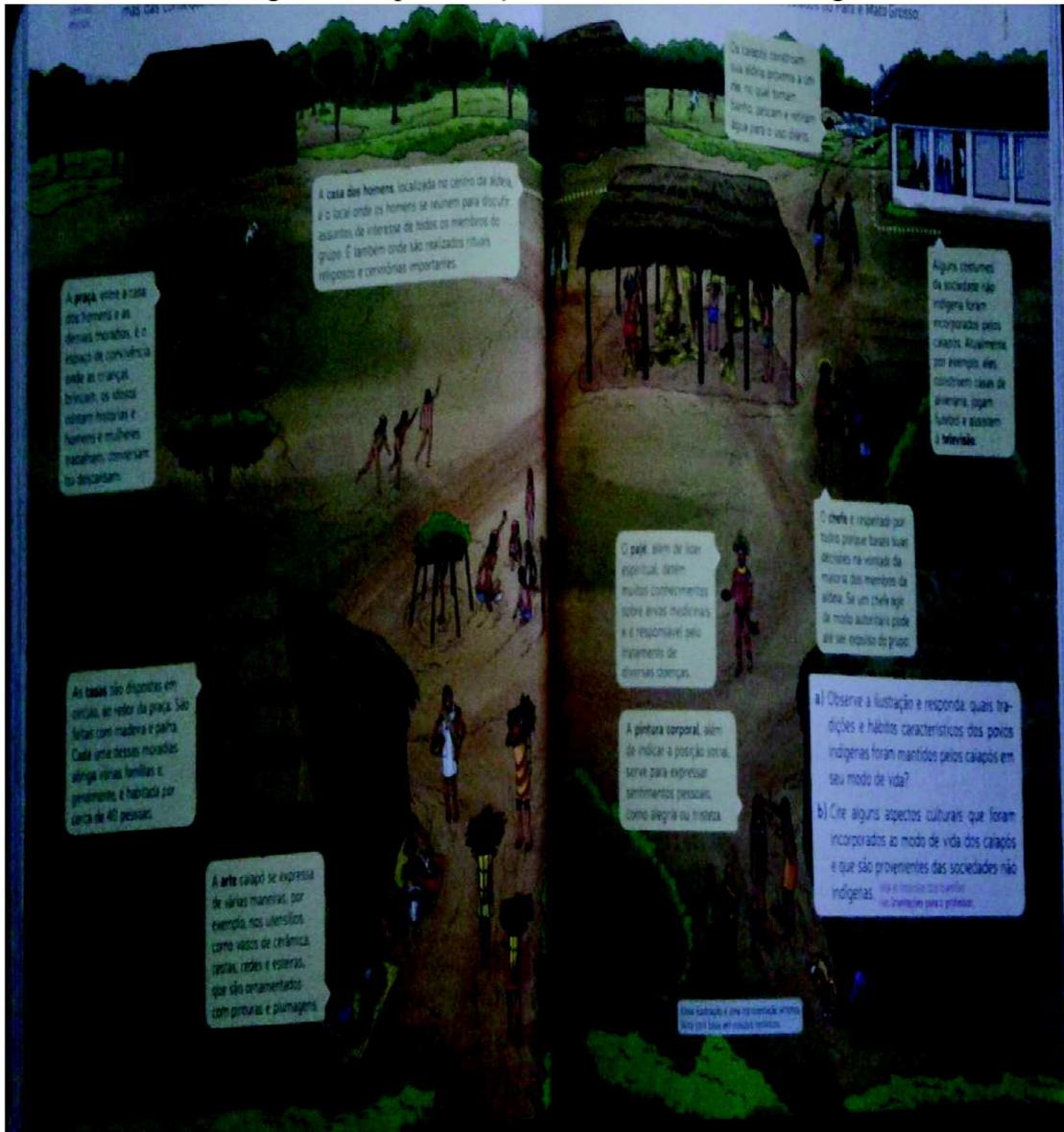
Figura 3: Tipos de aldeamento indígena



Fonte: PELLEGRINI, 2015, p. 111.

Infelizmente essa cultura ao longo do tempo foi passando por transformações devido ao contato com os povos europeus, sendo assim, os mesmos inseriram em seu costume características do homem moderno, isso fica perceptível na imagem abaixo:

Figura 4: Representação de um aldeamento indígena



Fonte: PELLEGRINI, 2015, p. 112/113.

De acordo com essa figura observamos que na aldeia indígena há uma divisão de espaços, como também de funções, e a inserção de elementos pertencente ao europeu, como por exemplo, a televisão, a antena parabólica, o jogo de futebol e casas construídas em alvenaria.

Nesta perspectiva observamos que como em qualquer outra cultura, a cultura indígena, também não é estática, ou seja, não podemos pensar a cultura como algo parado, que não sofre mutações ao longo do tempo, pelo contrário, a mesma passa por mudanças constantemente, e isso foi perceptível entre os povos indígenas e os europeus, no qual ambos inseriram elementos da cultura do outro.

Outro aspecto relatado no LD foi o caminho do Peabiru, ou seja, uma rede de estradas e trilhas iniciadas pelos indígenas, mas por enquanto muitas pesquisas não confirmam a causa da abertura desses caminhos, a hipótese mais provável é devido a necessidade de deslocamento dos mesmos.

Além dessas informações, o LD coloca imagens para assessorar a compreensão do alunado. Entre essas imagens está um mapa demonstrando o percurso do Peabiru, vejamos na sequência:

Figura 5



Fonte: PELLEGRINI, 2015, p. 115.

E após todas essas discussões, os autores expõem questões sobre o assunto, provocando indagações para que o alunado a responda. Além dessas questões, o LD coloca uma lista de exercícios, com quinze perguntas diversificadas. São questionamentos que provoca a criticidade do alunado, no qual os mesmos têm que fazer associação do conteúdo estudado com outras: imagens e textos.

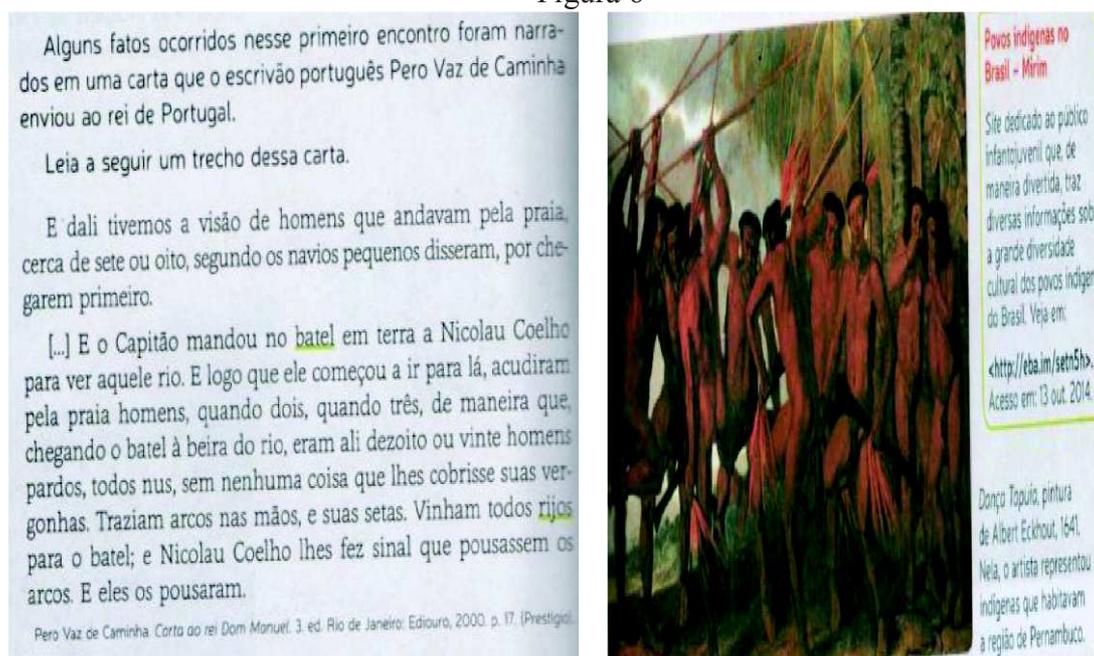
Além do capítulo 5, esse LD destina o capítulo 11: “A colonização na América portuguesa”, para relatar sobre a história dos povos indígenas brasileiros, no qual mescla

sobre os africanos e os povos indígenas. Como nossa temática é acerca do segundo povo, não iremos expor sobre o primeiro povo.

Logo na abertura, os autores comentam sobre como foi o primeiro contato entre os portugueses e os indígenas, e para embasar sua teoria traz um trecho da Carta de Caminha, juntamente com uma pintura de Albert Eckhout, que descreve a dança Tapuia.

Como podemos observar nas imagens em sequência:

Figura 6



Fonte: PELLEGRINI, 2015, p. 232/233.

Através da imagem da carta de Caminha, observamos que Pero Vaz de Caminha descreve os aspectos geográficos e as impressões que os portugueses tiveram acerca desse povo. Após a exposição dessa carta, os autores colocam que os portugueses tiveram os primeiros contatos com os tupiniquins, mas existiram outros povos, como por exemplo, os tremembés, potiguares, caetés, bororos, tupinambás, aimorés, tamoios, guaranis e charuas.

Não havendo por parte deles uma contextualização desses povos, pois enfatizavam mais as primeiras formas de exploração feitas pelos portugueses no território brasileiro com ajuda dos indígenas e a catequização dos mesmos era feita pelos os Jesuítas, que faziam com que os indígenas aprendessem a língua e os costumes portugueses, sendo assim, os autores não colocam os povos indígenas como sujeitos protagonistas da história brasileira, deixando-os em planos secundários é como se eles não existiam antes da chegada dos portugueses.

Assim, os autores finalizam as discussões sobre os povos indígenas, e lançam exercícios de compreensão sobre os mesmos e os africanos, dentre as dezesseis questões, cinco apenas foram destinadas a esse povo, são perguntas que envolvem compreensão de fontes históricas, como imagem e texto, portanto o alunado terá acesso escritas de outros pesquisadores sobre a temática.

Depois desse capítulo, O LD traz o capítulo 12: “A expansão das fronteiras da

Colônia portuguesa”, os escritores comentam sobre a capturação dos indígenas, através das bandeiras de preação, na qual os bandeirantes faziam alianças com aldeias inimigas para aprisionar esse povo. Como podemos observar na figura abaixo:

Figura 7:



Fonte: PELLEGRINI, 2015, p. 260.

Nesta perspectiva percebemos que os autores não contextualizam sobre as resistências indígenas, dando a entender que esse povo era passivo e que aceitavam todas as determinações dos povos europeus. No tocante ao Manual do professor, o LD fornece diversas sugestões de atividades que os docentes podem desenvolver em sala de aula, são exercícios envolvendo compreensão textual e de imagem.

O terceiro LD destinado ao alunado do oitavo ano não relata nenhum fato histórico em relação aos indígenas, é como se este povo não fizesse parte da história brasileira neste período. Os autores colocam apenas um texto no manual dos professores seguidos por algumas questões. Como fica perceptível nas imagens:

Figura 8:

Sugestão de atividade Análise do texto

Objetivos

- Ler e interpretar o texto de forma coerente.
- Compreender o contexto vivido pela população indígena do Oeste paulista no final do século XIX.

Comente com os alunos que, quando as primeiras ferrovias começaram a ser construídas no interior de São Paulo, os construtores tiveram de empreender o desmatamento de florestas. Contudo, ao darem prosseguimento às obras, eles se depararam com grupos de indígenas que viviam nesse território. Apresente o texto para os alunos e, em seguida, peça-lhes que respondam aos questionamentos propostos.

O massacre caingangue*

Até praticamente 1880, as terras do extremo Oeste paulista consideradas devolutas passaram a ser demarcadas, e as [etnias] guarani, xavante e caingangue que ali viviam começaram a ser molestadas pelos colonizadores brancos. Mas, se os dois primeiros grupos assistiram ao movimento de expansão passivamente, o mesmo não ocorreu com o último. Estabelecidos nos vales dos rios Peixe, Batalha, Aguapeí e baixo Tietê desde quando chegaram a São Paulo, vindos do Paraná, provavelmente no século XVIII, os caingangues resistiram heroicamente à invasão de suas terras por muito tempo. No entanto, nas últimas décadas do século, a ânsia por novas fronteiras rapidamente levou fazendeiros e posseiros a abandonar sua atitude "temerosa" [...] e assumir uma postura agressiva e de confronto direto.

Os resultados não se fizeram esperar. Em 1885, a região compreendida entre a margem sul do Tietê, o rio Paranapanema e a barranca do Paraná já tinha sessenta fazendas, e dez anos depois contava com uma população de oito mil habitantes. Esse assentamento fora precedido de várias expedições de caça ao bugre, denominadas "dadas", já praticamente no Oeste paulista desde a segunda metade do

século XIX. Essas "dadas" eram compostas de bugreiros aliados e matadores profissionais, formando verdadeiras organizações especializadas. A soldo de grandes proprietários e dos que especulavam no comércio de terras, "os bugreiros constituíram, na verdade, o braço armado da ocupação, e com um caráter marcadamente ofensivo e sistemático".

Inúmeros relatos descreveram a crueldade das tropas de bugreiros contra os [indígenas], como a morte de mais de mil caingangues e a extinção de suas aldeias, em 1886, por envenenamento de sua população: um quilo de estricnina fora adicionado ao suprimento de água da [aldeia]. No mesmo ano, morreram todos os líderes indígenas de outra aldeia atacada, além de grande parte de sua população de cerca de quinhentas pessoas.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 277-9.
*Título dado pelos autores.

- Qual era a condição das terras do Oeste paulista por volta de 1880?
- Quais eram os povos que viviam nessa região?
- Em qual região viviam os caingangues?
- Qual era a condição das terras do Oeste paulista por volta de 1885?

Fonte: PELLEGRINI, 2015, p. 460 - 461.

Neste viés, compreendemos que os indígenas reagiram de formas distintas com a chegada do progresso em São Paulo, pois por parte de alguns houve uma aceitação, já outros resistiram como puderam, mas acabaram vencidos pelo o processo devastador provocado pelo o mundo capitalista.

Prosseguindo na análise da coleção temos o livro designado para os alunos do nono ano, neste LD os autores comentam sobre a questão da demarcação das terras indígenas e da educação desse povo. Os escritores alegam que mesmo estando estabelecido por lei o direito de os povos indígenas possuírem suas terras, isso não acontece na realidade.

Almeida (2010) também comenta em texto sobre esta questão, no qual expõe um episódio envolvendo os conflitos e julgamento das terras da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, no qual cinco povos (macuxi, wapixana, ingaricó, patamona e taurepang), há 30 anos em disputa pela demarcação de suas terras, tiveram seus direitos defendidos pela advogada indígena Joênia Batista de Carvalho (wapixana), e que foi a primeira indígena a defender uma causa no Supremo Tribunal Federal.

Diante desse comentário percebemos que esse povo não aceita a perda de suas terras, e lutam para a demarcação das mesmas, e conseqüentemente a manutenção de suas culturas. Como podemos observar no seguinte mapa:

Figura 9



Fonte: PELLEGRINI, 2015, p. 316.

Esse mapa demonstra as terras que já pertence aos povos indígenas. Com relação a educação, os escritores colocam que atualmente no Brasil muitas comunidades indígenas têm escolas, e são obrigadas a proporcionar o ensino de duas línguas, ou seja, a língua de sua etnia e a língua portuguesa.

No que se refere ao manual do professor, o LD aborda um pequeno texto sem nenhuma questão acerca do referido gênero. Diante do exposto percebemos que a coleção “Vontade de Saber”, ainda possui falhas com relação a temática dos povos indígenas, mesmo com a obrigatoriedade desse ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que nossa historiografia ao longo do tempo, por muitas das vezes deixou de relatar com equidade a diversidade cultural dos povos indígenas, na qual priorizava apenas os tidos como “civilizados”, os europeus.

E essa lacuna provocada pela historiografia em anos anteriores, ainda está refletindo no livro didático de história, o principal recurso utilizado em sala de aula da escola pública, não somente pelos alunos, mas também pelos professores, que na maioria dos casos é o único material didático de suas aulas.

Isso fica perceptível tanto no questionário aplicado com os professores do Município de Pocinhos-PB, como também na análise da coleção “Vontade de Saber”, que não dedica muito espaço para retratar a cultura indígena, em vez disso, enfatiza o povo europeu, deixando o leitor com uma lacuna em relação ao povo formador do território brasileiro.

Neste sentido, os LD ainda estão presos numa historiografia voltada para os aspectos políticos e econômicos do povo europeu, colocando que os mesmos são os mais relevantes para serem estudados. Deixando, assim, de lado a história dos povos indígenas, e consequentemente não expõe o tema como propõe a lei 11.645/08 - Art.26A.

Por esta razão é necessário então, que o docente de história busque novas fontes, nas quais possibilitem ao alunado obterem mais informações acerca da cultura indígena, para desmitificar a concepção que o índio é um indivíduo que viveu no passado, ou que vive em florestas, em regiões afastadas com convívio urbano. Portanto, diante das indagações observamos que não é possível efetivar um processo de ensino-aprendizagem sobre a cultura e história indígena com os alunos, apenas utilizando os LD mencionados nesta pesquisa.

ABSTRACT

This research analyzes the representations of indigenous people in the didactic books of History destined to the students from the sixth to the ninth year, from Elementary School II, adopted by Pocinhos-PB, in 2017. Thus, the main objective of this study will be to examine how this didactic material tackles this thematic destined to the students. Moreover, we will verify the importance given by teachers to the teaching of Brazilian indigenous history. The methodology consisted of an analysis of the collection of didactic books "Vontade de Saber", written by Marco Pellegrini, Adriana Dias and Keila Grinberg, and a questionnaire that was applied to the teachers of the discipline of History in this city. This research has methodological support readings about didactic books and indigenous historiography, based on the contributions of the Law of Guidelines and Bases of National Education (LGB), of National Curricular Parameters (NCPs), and the writers Maria Regina Celestino de Almeida, Luisa Tombini Witmann and Gilberto Freyre.

Key-words: textbook, indigenous people, history teaching.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os Índios na história do Brasil**/ Maria Regina Celestino de Almeida. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 168p. (Coleção FGV de bolso. Série História).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: História** /Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998. 108 p.

Caderno de Estudos do Curso Programas do Livro - PLI/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 5a ed., atual. - Brasília: MEC, FNDE, 2014.

Guia de livros didáticos: PNLD 2014: história: ensino fundamental: anos finais. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013. 152 p. il.

Guia de livros didáticos: PNLD 2017: história - Ensino fundamental anos finais / Ministério da Educação - Secretária de Educação Básica - SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2016. 140 p.

FREYRE. G. O Indígena na Formação da família brasileira. In: _____. **Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal.** 52ª Ed. São Paulo, global, 2013. Cap. 2, p. 156-189.

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.58 p.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje** / Gersem dos Santos Luciano – Brasília: Ministério da

Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MATOS, Júlia Silveira. **Os livros didáticos como produtos para o ensino de história: uma análise do Plano Nacional do Livro – PNLD**. 20p. Disponível:

<<http://www.seer.furg.br/hist/article/view/3268/1945>>. Acesso em: 26 de junho de 2017.

SILVA, Marcos A. da (organizador). **Repensando a História-** ANPUH Núcleo de São Paulo. 6ª edição. São Paulo: Marco Zero.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidades: uma introdução às teorias do currículo**/ Tomaz Tadeu da Silva. – Belo Horizonte: Autêntica, 1999. P. 156.

WITTMANN, Luisa Tombini. **Ensino (d) e História Indígena**/ Luisa Tombini Wittmann, (organizadora), - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. – (Coleção Práticas Docentes).

FONTES

PELLEGRINI, Marco Cesar. **Vontade de saber história, 6º ano**/ Marco César Pellegrini, Adriana Machado Dias, Keila Grinberg. – 3.ed. – São Paulo: FTD, 2015.

_____. **Vontade de saber história, 7º ano**/ Marco César Pellegrini, Adriana Machado Dias, Keila Grinberg. – 3.ed. – São Paulo: FTD, 2015.

_____. **Vontade de saber história, 8º ano**/ Marco César Pellegrini, Adriana Machado Dias, Keila Grinberg. – 3.ed. – São Paulo: FTD, 2015.

_____. **Vontade de saber história, 9º ano**/ Marco César Pellegrini, Adriana Machado Dias, Keila Grinberg. – 3.ed. – São Paulo: FTD, 2015.

APÊNDICE A

DADOS GERAIS

Nome: _____

Sexo () masculino (X) feminino

Escolaridade:

() Superior em História () Especialização (X) Mestrado () Doutorado

() Outros _____

Regime de trabalho: Contratada Quantas escolas você trabalha? CM PG -

Quais? Gerente no CM PG - Colégio Municipal Padre Galvão -

Quanto tempo de profissão? 14 anos -

Qual disciplina você leciona em Pocinhos? História -

Quais são as séries que você leciona em Pocinhos? 9º anos -

QUESTIONÁRIO

01- Como foi feita a escolha dessa coleção de História? Houve a participação de todos os professores de História?

(X) Não, por quê? () Sim, por quê?

Não participei da escolha, como sou contratada da e o Processo Seletivo foi realizado depois da escolha das novas coleções a serem trabalhadas a partir de 2017.

02- Que critérios foram levados em consideração para escolher esta coleção "Vontade de Saber"?

Não posso responder pois não participei desse momento.

03- Você observou se a cultura indígena é retratada na coleção "Vontade de Saber"? Justifique sua resposta.

Vou remeter apenas às experiências no 2º ano do 9º ano. Até o momento trabalhamos até o conteúdo sobre o Regime Militar no Brasil e até agora nenhuma referência a Cultura Indígena.

04- Você utiliza a coleção "Vontade de Saber" em sala de aula? Justifique sua resposta.

Sim. Mas esse material não é o único ao qual elaboro minhas aulas. Utilizo como re-

ênência e citações de imagens, assim como os exercícios. Geralmente elaboro slides de outras fontes e uso vídeos.

05- A coleção "Vontade de Saber" lhe ajuda no que diz respeito ao conteúdo: História dos povos indígenas? Justifique sua resposta.

Como me referi no item 3, na coleção do 9º ano em nenhum momento verificamos referência ao povo indígena e sua cultura. E como não analisei a obra num todo não posso citar mais detalhes.

06- Você usa algum dos materiais complementares que vem elencado nos livros didáticos destinados aos professores? Justifique sua resposta.

Como não escolhi nenhum suposto técnico como fontes de apoio, busco alternativas de pesquisa como a internet e a coleção de outras editoras que possuo em casa.

07- você utiliza outro material didático quando ministra as aulas sobre a cultura indígena?

() Não, por quê?

(X) Sim, exemplifique.

Sem dúvidas! Sempre que necessário eu busco alternativas de pesquisa, pois sei que em muitos livros coleções de livros didáticos deixam a desejar. Inclusive esse livro do 9º Ano da Coleção "Vontade de Saber".

08- O que os alunos comentam acerca da coleção "Vontade de Saber"? Qual "Vontade de Saber"?

Infelizmente os alunos não comentam nada, pois, muitos desconhecem a temática indígena e a cultura indígena. Portanto, a iniciativa muitas vezes tem que ser nossa.

09- O que os alunos comentam sobre a cultura indígena?

Resposta na questão 08↑

10- Você foi preparado durante sua vida acadêmica para ministrar aulas acerca da cultura indígena? Justifique sua resposta.

Sim. Na UFCG há sempre disciplinas e professores comprometidos e preocupados com a cultura indígena. Inclusive tentei duas vezes a especialização em Educação Étnico Raciais. Na primeira vez não pude cursar porque trabalhava com sala de aula na Universidade Vale do Acaraú, infelizmente tive que desistir!

ve que abandonar o curso. Na minha segunda tentativa tive a inscrição indeferida pois, um dos critérios da seleção era eliminar candidatos com pós graduação e como possuía mestrado não fiquei entre o exigido. Contudo, desejo muito conhecer melhor a temática, portanto, não irei desistir, quando abrirem novas turmas estarei realizando de nova tentativa.

APÊNDICE B

DADOS GERAIS

Nome: _____

Sexo () masculino (x) feminino

Escolaridade:

() Superior em História () Especialização (x) Mestrado ()

Doutorado

() Outros _____

Regime de trabalho: Professora efetiva dos anos finais do ensino fundamental (30 horas).

Quantas escolas você trabalha? Uma escola.

Quais? Escola Maria da Guia Sales Hermínio

Quanto tempo de profissão? Seis anos.

Qual disciplina você leciona em Pocinhos? História

Quais são as séries que você leciona em Pocinhos? No corrente ano leciono nas turmas de sétimo a nono ano.

QUESTIONÁRIO

01- Como foi feita a escolha dessa coleção de História? Houve a participação de todos os professores de História?

() Não, por quê? (x) Sim, por quê?

Os professores dos estabelecimentos de ensino deslocaram-se até o Colégio Padre Galvão, onde ocorreu uma escolha coletiva. Uma votação foi realizada. O livro escolhido pela maioria foi o adotado pelo município.

02- Que critérios foram levados em consideração para escolher esta coleção "Vontade de Saber"?

As questões mais recorrentes são: conteúdos contemplados, a extensão dos mesmos e as atividades de compreensão compostas por cada livro.

03- Você observou se a cultura indígena é retratada na coleção "Vontade de Saber"? Justifique sua resposta.

Alguns aspectos referentes à temática indígena são trabalhados ao longo da coleção. No entanto, não há uma abrangência maior. Cabe ao professor explorar o material ou trabalhar com muitos outros de sua escola.

04- Você utiliza a coleção "Vontade de Saber" em sala de aula? Justifique sua resposta.

Sim. É o livro adotado pelo município, é o livro que os nossos alunos recebem. Grande parte deles não tem acesso a outros materiais. Assim, o livro didático é imprescindível no processo de aprendizagem.

05- A coleção "Vontade de Saber" lhe ajuda no que diz respeito ao conteúdo: História dos povos indígenas? Justifique sua resposta.

Sim. O livro traz alguns aspectos da cultura indígena. No entanto, não há um aprofundamento que verse sobre a contribuição dos indígenas no que se refere à sociedade brasileira.

06- Você usa algum dos materiais complementares que vem elencado nos livros didáticos destinados aos professores? Justifique sua resposta.

Sim. Também utilizo textos complementares, atividades, recursos audiovisuais...

07- Você utiliza outro material didático quando ministra as aulas sobre a cultura indígena?

() Não, por quê?

(X) Sim, exemplifique.

Já utilizei documentários e imagens.

08- O que os alunos comentam acerca da coleção "Vontade de Saber"?

Ao longo desse ano eu não ouvi muitas reclamações. Eles gostam das questões que trabalham imagens, dos textos que não são longos... São os únicos aspectos que eles comentam.

09- O que os alunos comentam sobre a cultura indígena?

Eles não entendem ainda o conceito de cultura. É preciso recorrer a exemplificações para que eles assimilem o que estamos propondo. Infelizmente, todos os meus alunos entendem que índio é um indivíduo que viveu no passado, ou que vive em florestas, em regiões afastadas do convívio urbano. Além disso, a quase totalidade deles recorda que se pintaram no dia do índio e voltaram para casa com adereços de pena, enfeites feitos para ornamentar as cabeças e celebrar essa data. É difícil explicar para eles que índio pode usar roupas e outros elementos ditos da cultura do homem branco. Para isso, utilizo conceitos como o de apropriação cultural, mas não é fácil porque minha explicação está desconstruindo a imagem cristalizada que eles guardam desde os primeiros anos de vida escolar.

Além da imagem cristalizada, eles só sabem algo sobre os grupos indígenas a partir de alguma novela... mas de maneira geral, sabem dizer poucas coisas sobre a temática.

10- Você foi preparado durante sua vida acadêmica para ministrar aulas acerca da cultura indígena? Justifique sua resposta.

Ingressei no curso de história na Universidade Federal de Campina Grande no ano de 2007... minha turma foi a primeira a ter aulas de História da África. Até então, não se tinha esse componente. Não era ofertado pelo curso um componente para trabalhar a temática indígena. Ela era trabalhada nos componentes de História do Brasil. No entanto, fui aluna da professora Juciene Apolinário, e pude conhecer muito sobre a temática a partir de suas aulas. No entanto, obtive um pouco mais de conhecimento quando fiz uma especialização em etnias. Cursei componentes que trabalhavam a temática indígena a partir do que estabelece a lei 11. 645. Então, posso dizer que obtive formação.